



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 02/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA** pessoa jurídica de direito público, com sede e Prefeitura na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **Frank Ariel Schiavini**, inscrito no CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Romário Martins, 154, Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.533/0001-49, neste ato representado pela Diretora do Fundo Municipal de Saúde Sra. **Simone Fernandes**, inscrita no CPF sob o nº 060.889.239-46 e RG nº 9.755.085-9, a seguir denominado CONTRATANTE, de um lado e de outro, a empresa **CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**, estabelecida na Rodovia dos Minerios, 403 - Jardim Monterrey, na cidade de Almirante Tamandaré (83.507-000), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.776/0001-60, neste ato representada por seu Procurador, Sr. **Michael Willian Guimarães Neves**, inscrito no CPF sob o nº 040.865.529-14 e RG nº 8.881.858-0, a seguir denominada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18 de setembro de 2003, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsequentes alterações, **Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014**, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007 e subsidiariamente, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, ajustam o presente Contrato em decorrência do Edital de Pregão Eletrônico n.º 136/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Parágrafo único: O presente contrato tem por objeto o **fornecimento de equipamentos para a upa 24 horas, de acordo com a resolução 497/2017, que institui o incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos de urgência e emergência para a rede Paraná urgência, objetivando a modernização da saúde para melhor atendimento dos usuários do SUS, conforme discriminado a seguir:**

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	1	1,0	UN	18519	DEFIBRILADOR COM MARCAPASSO EXTERNO E MONITOR, MULTIPARAMETRICO (DEFIBRILADOR + MARCAPASSO EXTERNO + ECG + OXIMETRO + PNI) DEFIBRILADOR BIFASICO, COM MODULO DE DEFIBRILACAO EXTERNA AUTOMATICA, DOTADO DE PAS EM TAMANHO ADULTO E INFANTIL, INTERCAMBIAVEIS, DE ENCAIXE RAPIDO NO CORPO DO APARELHO, LEITURA DO ECG REALIZADO PELAS PAS EXTERNAS POR IMPEDANCIA, MONITOR COM TELA DE LCD COLORIDA DE ALTA RESOLUCAO COM DIMENSAO MINIMA DE 8 POLEGADAS, RESOLUCAO MINIMA 800X600 PIXELS, COM NO MINIMO TRES CANAIS, COM INDICACAO DE CARGA DA BATERIA, DERIVACAO, VELOCIDADE, AMPLITUDE, TRACADO ELETROCARDIOGRAFICO E DOS VALORES DE FREQUENCIA DE PULSO, CARGA SELECIONADA E ENTREGUE, OXIMETRIA DE PULSO, PRESSAO ARTERIAL NAO INVASIVA (MINIMA, MEDIA E MAXIMA), RESPIRACAO, INDICADORES DE CARGA: SINAI SONORO DE	CMOS DRAKE / VIVO	42.282,00	42.282,00



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



					EQUIPAMENTO CARREGANDO E DE CARGA COMPLETA, INDICADOR DE FONTE EXTERNA OU BATERIA RECARREGAVEL, CIRCUITO PROTEGIDO CONTRA DESFIBRILACAO, MARCAPASSO NAO INVASIVO: COM MODO DE DEMANDA E FIXO, FREQUENCIA MINIMA ENTRE 40 E 170 PPM, AMPLITUDE: DE 5 MA A 200 MA (RESOLUCAO DE 5 MA), PRECISAO 10%, DESFIBRILACAO: MEDIANTE ONDA BIFASICA COM CARGA DE ENERGIA NA FAIXA MINIMA DE 05 ATE 200 JOULES, COM FUNCAO DE CARGA E DISPARO ATRAVES DO PAINEL E DAS PAS DE DESFIBRILACAO, COM INDICACAO VISUAL DA CARGA SELECIONADA E ENTREGUE APOS ACIONAMENTO, APLICACAO DE CHOQUE: POR MEIO DE PAS (ADESIVAS) MULTIFUNCIONAIS OU PAS DE DESFIBRILACAO, DESFIBRILACAO NAO SINCRONIZADA E SINCRONIZADA (CARDIOVERSAO), TEMPO MAXIMO DE CARGA DE DESFIBRILACAO DE ATE 08 SEGUNDOS, ANULA CARGA MANUAL, E AUTOMATICA APOS 02 MINUTOS, EM CASO DE NAO ACIONAMENTO PELO OPERADOR, MODULO DEA: COM ENTREGA DE ENERGIA ENTRE 50 J (PEDIATRICO) E 200 J (ADULTO), ESCALONAVEL (100-150-200), ORIENTACAO DO USUARIO MEDIANTE MENSAGENS DE TEXTO, FIGURAS E AUDIO, PARAMETROS MINIMOS DAS FUNCOES: ECG: MINIMO DE 7 DERIVACOES, ANALISE DE SEGMENTO ST E ANALISE DE ARRITMIAS AVANCADAS, FAIXA MINIMA DE FREQUENCIA CARDIACA: DE 30 A 300 BPM, DETECCAO E REJEICAO DE MARCAPASSO, PROTECAO CONTRA DESCARGA E INTERFERENCIA DE DESFIBRILADOR E BISTURI ELETRONICOS, PRESSAO NAO INVASIVA: MODOS MANUAL E AUTOMATICO, INTERVALO MINIMO DO MODO AUTOMATICO PROGRAMAVEL ENTRE 5 E 120 MINUTOS, FAIXA MINIMA DE MEDIDA: 40 A 250 MMHG, VALVULA DE PRESSAO EXCESSIVA, OXIMETRIA DE PULSO: MONITORIZACAO DA SATURACAO DE PACIENTES COM BAIXA PERFUSAO OU COM MOVIMENTACAO. O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVERA UTILIZAR UMA DAS SEGUINTE TECNOLOGIAS DE MEDICAO DE OXIMETRIA: MAXIMO, NELLCOR, GE-OHMEDA OU PHILIPS FAST- SPO2, FAIXA MINIMA DE SATURACAO DE SPO2: 1 A 99%; FAIXA MINIMA DE FREQUENCIA DE PULSO: 30 A 250 BPM, APRESENTACAO DA CURVA DE PLETISMOGRAFIA E BARRA DE PULSO, PRECISAO DE MEDICAO DE SPO2 DEVE SER NO MAXIMO DE 3% NA FAIXA DE 70% A 100%, IMPRESSORA TERMICA: PARA REGISTRO COM ACIONAMENTO AUTOMATICO E MANUAL EM ROLO DE PAPEL CONVENCIONAL: APROXIMADAMENTE 50 MM (LARGURA) X 30 M (COMPRIMENTO MAXIMO), DEVE SER LEVE (ATE 09 KG), RESISTENTE A QUEDAS, VIBRACOES, A AGUA E POEIRA, ATENDENDO		
--	--	--	--	--	---	--	--



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



A UMA DAS NORMAS: IP 33, IP44 OU IP55, DOTADO DE BATERIA RECARREGAVEL E SUBSTITUIVEL COM AUTONOMIA DE FUNCIONAMENTO MINIMO DE 02 (DUAS) HORAS PARA A MONITORIZACAO CONTINUA E 30 CHOQUES DE 200 JOULES, MEMORIA INTERNA PARA ARMAZENAR O TRACADO DO ECG E EVENTOS, ALEM DE POSSIBILITAR O ARMAZENAMENTO E TRANSFERENCIA DE DADOS, DEVE CONTER CONJUNTO COMPLETO DE CABOS PARA ALIMENTACAO DA REDE ELETRICA (BIVOLT 110/220 V AC) PARA SEU FUNCIONAMENTO OU RECARGA, GABINETE ELETRICAMENTE ISOLADO, CORPO UNICO, COM ALCA ERGONOMICA PARA TRANSPORTE MANUAL, DEVE SER ACONDICIONADO EM BOLSA PROPRIA PARA TRANSPORTE QUE PERMITA O ACONDICIONAMENTO DE TODOS OS SEUS ACESSORIOS, DEVEM SER FORNECIDOS OS SEGUINTE ACESSORIOS: 01 PAR DE PAS PERMANENTES DE DESFIBRILACAO ADULTO, 01 PAR DE PAS PERMANENTES DE DESFIBRILACAO INFANTIL, 04 PARES DE PAS MULTIFUNCIONAIS ADULTO PARA MARCAPASSO, MONITORACAO E DESFIBRILACAO, 04 PARES DE PAS MULTIFUNCIONAIS INFANTIS PARA MARCAPASSO, MONITORACAO E DESFIBRILACAO, 02 CABOS DE ECG DE 5 VIAS PARA USO ADULTO / PEDIATRICO E 01 CABO DE ECG DE 3 VIAS PARA USO NEONATAL (CABO TRONCO MAIS RABICHOS), 01 CABO TRONCO PARA OXIMETRIA, 02 SENSORES PERMANENTES TIPO CLIP PARA ADULTOS, 02 SENSORES PEDIATRICOS PERMANENTES, 01 MANGUEIRA DE CONEXAO DE PNI; MANGUITOS LIVRES DE LATEX, LAVAVEIS, COM BRACADEIRAS DE NYLON E VELCRO, NOS TAMANHOS ADOLESCENTE, ADULTO, OBESO, PEDIATRICO E NEONATAL TAMANHOS 2 E 4, 01 FRASCO DE GEL ELETROCONDUTOR, 05 ROLOS DE PAPEL TERMOSSENSIVEL PARA ECG, 01 CABO DE ALIMENTACAO PADRAO ABNT, 3 PINOS, 01 BATERIA DE LITIO SELADA, RECARREGAVEL, 01 CABO DE ATERRAMENTO, 01 MANUAL DE OPERACAO, GARANTIA DE DOIS ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO PARA O EQUIPAMENTO E DE SEIS MESES PARA OS ACESSORIOS, ASSISTENCIA TECNICA NO ESTADO DO PARANA, BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO DO APARELHO E DE TODOS OS ACESSORIOS, ATENDIMENTO AS NORMAS: NBR IEC 60601-1; 60601-2-27; 60601-2-30; 60601-2-49; 60601-2, DEVERA SER APRESENTADO REGISTRO OU CERTIFICADO DO EQUIPAMENTO NO MINISTERIO DA SAUDE E CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO DO PRODUTO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA, O CATALOGO DO EQUIPAMENTO DEVERA SER APRESENTADO EM LINGUA PORTUGUESA. MANUAL DE MANUTENCAO,



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



					INSTALACAO E OPERACAO COM O MESMO CONTEUDO APRESENTADO A ANVISA			
5	1	3,0	UN	18523	OXIMETRO DE PULSO PORTATIL, APARELHO ELETRONICO PORTATIL MICROPROCESSADO PARA MONITORIZACAO CONTINUA DA SATURACAO DE OXIGENIO NO SANGUE E A FREQUENCIA DE PULSO PERIFERICO DE ADULTOS, PEDIATRICOS E NEONATAIS, NAO INVASIVO DEVE OPERAR POR ESPECTROMETRIA COM DISPLAY LCD OU LED DE GRANDE VISIBILIDADE TANTO A LUZ DO DIA COMO AMBIENTE NOTURNO, POSSUIR TECLADO DE MEMBRANA DE TOQUE SENSIVEL E FACIL OPERACAO, PARA USO EM AMBULANCIAS, DEVE SER COMPACTO, RESISTENTE (DISPLAY RESISTENTE A IMPACTOS) PARA USO PRE-HOSPITALAR, ALIMENTACAO ELETRICA MEDIANTE BATERIA RECARREGAVEL COM AUTONOMIA DE NO MINIMO 24 HORAS, COM BASE CARREGADORA (COM ALIMENTACAO BIVOLT) OU PILHAS ALCALINAS TAMANHO AA, MEMORIA INTERNA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE SATURACAO E PULSO DE PELO MENOS 10 MINUTOS, DEVE POSSUIR ALARMES SONOROS E VISUAIS AJUSTAVEIS PARA ALTA E BAIXA SPO2, ALTA E BAIXA FREQUENCIA DE PULSO E BAIXA PERFUSAO, FAIXA DE MEDIDA E APRESENTACAO DIGITAL DE VALORES PARA SPO2 (FAIXA MINIMA DE 0 A 100%), FREQUENCIA CARDIACA (FAIXA MINIMA DE 25 A 300 PPM), E INTENSIDADE DE PULSO (BARGRAF), PARA PACIENTES NEONATAIS A PRECISAO DE MEDICAO DE SPO2 DEVE SER NO MAXIMO DE 3% NA FAIXA DE 70% A 100%, PERMITIR O USO DE SENSOR DIGITAL PARA PACIENTE ADULTO, PEDIATRICO E NEONATAL, POSSUIR ALTO DESEMPENHO E CONFIABILIDADE QUANDO OPERADO COM PACIENTES DE BAIXA PERFUSAO, PACIENTES DE PELE ESCURA E PACIENTE PREMATUROS, DCVC VIR ACOMPANHADO DOS SEGUINTE ACESSORIOS: 02 (DOIS) SENSORES DE OXIMETRIA PERMANENTES (TIPO CLIP) ADULTO, 01 (UM) SENSOR DE OXIMETRIA PERMANENTE INFANTIL, 01(UM) SENSOR DE OXIMETRIA PERMANENTE (TIPO Y) NEONATAL, E MANUAL DE OPERACAO, CERTIFICACAO MINIMA IPX2 (RESISTENCIA A AGUA), DEVE TER CERTIFICADO DE REGISTRO NO MS, GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	GENERAL MEDITECH / G1B	1.979,50	5.938,50
VALOR TOTAL								48.220,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Parágrafo único: Este contrato tem como amparo legal à licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 136/2018** e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 3262 de 28 de setembro de 2006 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

Parágrafo único: Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o Contratante pagará à Contratada o valor total de R\$ 48.220,50 (quarenta e oito mil e duzentos e vinte reais e cinquenta centavos), conforme descrição dos produtos, cláusula primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Parágrafo único: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos classificados conforme abaixo:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.1.059	4.4.90.52.08	500	2222

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

Parágrafo único: O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO, PRAZO, LOCAL DA ENTREGA E EXIGÊNCIAS PARA A ENTREGA:

Parágrafo primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues, nas especificações e quantidades discriminadas no Item 3 do Termo de Referência, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o(s) equipamentos(s) que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

Parágrafo segundo: Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento/nota de empenho.

Parágrafo terceiro: A contratada deverá entregar os equipamentos na UPA 24 horas, Rua Romário Martins, Bairro Centro, no Município de Coronel Vivida, observadas as exigências constantes das especificações e da proposta.

Parágrafo quarto: Os equipamentos deverão ser fornecidos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

Parágrafo quinto: No ato de entrega, os equipamentos deverão estar acompanhados da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) Deverá conter discriminação detalhada do bem a ser fornecido, além de constar a marca, número de série ou equivalente, permitindo a sua perfeita identificação.

Parágrafo sexto: Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo sétimo: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

Parágrafo oitavo: Em caso de devolução do (s) equipamento (s) por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

Parágrafo nono: No preço ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

Parágrafo décimo: Caso a empresa contratada esteja impedida de fornecer no prazo determinado, o Município de Coronel Vivida poderá adquirir os mesmos de outros fornecedores, através de outras modalidades licitatórias e não pela empresa contratada neste pregão.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

Parágrafo primeiro: O pagamento será efetuado referente aos equipamentos fornecidos, após vistoria da fiscalização da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida e após a comprovação de que a empresa contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos com o INSS e o FGTS. Após a entrega do objeto a fiscalização do Município encaminhará a nota fiscal do bem fornecido acompanhada da documentação exigida diretamente ao Departamento de Contabilidade do Município. Estando o objeto em consonância com o edital, contrato e proposta da licitação o Município encaminhará o pagamento da nota fiscal em favor do credor.

Parágrafo segundo: O pagamento será efetuado mediante transferência bancária, diretamente na conta do credor, que poderá ser em qualquer banco dentro do território nacional.

Parágrafo terceiro: É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

Parágrafo quarto: Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e FGTS, conforme parágrafo primeiro.

Parágrafo quinto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.5.1 Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.5.2. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

6.5.3. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.5.4. de comércio exterior."

Parágrafo sexto: Empresas que não apresentarem NF-e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

Parágrafo único: Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

Parágrafo primeiro: Caberá a gestão do contrato a Diretora do Departamento de Saúde, Sra. Simone Fernandes, nomeada através do Decreto nº 6.478 de 03 de dezembro de 2018, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Contrato e edital.

Parágrafo segundo: A fiscalização do contrato ficará a cargo do Departamento de Saúde, cabendo a fiscal, a servidora Sra. Flaviane Gubert Siqueira, matriculada sob nº 1587-3 e a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.135 de 18 de janeiro de 2017, o acompanhamento da entrega do objeto da presente contratação, informando a gestora do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato; os quais terão entre outras as seguintes atribuições:

1. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;
2. Anotar em documento próprio as ocorrências;
3. Determinar a correção de faltas;
4. Aplicar ao contrato as sanções administrativas de sua competência;
5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência.

Parágrafo terceiro: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



Parágrafo quarto: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo quinto: Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição do(s) equipamento(s) considerado inadequado.

Parágrafo sexto: Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura do contrato, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

Parágrafo sétimo: Ao preposto da CONTRATADA competirá, dentre outras atribuições:

- a) Representar os interesses da CONTRATADA perante o CONTRATANTE;
- b) Realizar os procedimentos administrativos junto ao CONTRATANTE;
- c) Manter o CONTRATANTE informado sobre o andamento da entrega e a qualidade do(s) equipamento(s) a ser entregue;
- d) Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

Parágrafo primeiro: Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo segundo: Constituem obrigações da Contratada:

- I) Responsabilizar-se pelo controle qualitativo de todos os itens que integram o escopo de fornecimento;
- II) Fornecer o item, rigorosamente nas especificações, prazos e condições estabelecidas neste termo;
- III) Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- IV) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;
- V) Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados a e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
- VI) Comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05(cinco) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- VII) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- VIII) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- IX) A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos itens fornecidos, inclusive suas quantidades e qualidade, competindo-lhe também, a dos itens que não aceitos pela fiscalização do CONTRATANTE deverão ser trocados;
- X) Serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega dos itens e o uso indevido de patentes e registros.
- XI) Constatada a falha ou defeitos no (s) equipamento (s), a CONTRATADA deverá sanar a deficiência e/ou substituir o (s) equipamento (s), no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- XII) Indicar um preposto, devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo que se relacionar com o fornecimento.
- XIII) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- XIV) Acatar todas as orientações do Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações.

Parágrafo terceiro: Constituem obrigações do CONTRATANTE:



- I) Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto deste Contrato;
- II) Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento;
- III) Designar servidor para acompanhar a entrega deste Contrato;
- IV) Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.
- V) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Termo de Referência.
- VI) Permitir que somente pessoas autorizadas pela empresa vencedora prestem assistência técnica, dentro do prazo de garantia dos equipamentos.
- VII) Rejeitar o recebimento do (s) equipamento (s) que não estiver em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA TÉCNICA

Parágrafo primeiro: A Contratada garantirá o bem, objeto do fornecimento, contra defeito de fabricação pelo período de garantia do fabricante, contado a partir do Recebimento Definitivo pelo CONTRATANTE.

Parágrafo segundo: Durante o período da garantia, a Contratada substituirá as partes, conjunto ou bens defeituosos ou degradados em decorrência de falhas da fabricação, sem ônus para o Contratante, cabendo a este comunicar por escrito a constatação de defeito ou degradação.

Parágrafo terceiro: A garantia do objeto deste contrato sujeitará ainda na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO E MULTAS:

Parágrafo primeiro: No caso de inexecução do Contrato ou inadimplemento de qualquer cláusula, ficará a CONTRATADA sujeita as sanções previstas na Lei nº 8666/93 e as seguintes penalidades:

I – Se a CONTRATADA recusar a cumprir os termos definidos na licitação e neste contrato, ou ainda, por qualquer motivo, o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, ser-lhe-ão aplicadas às penalidades seguintes, facultada a defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

a) Advertência;

b) DAS MULTAS:

b.1) Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

b.2) Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura.

c) Suspensão do direito de licitar, junto a Administração Pública, de acordo com o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o inciso IV e Parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

Parágrafo segundo: as sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Parágrafo terceiro: Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha do licitante no Município de Coronel Vivida.

Parágrafo quarto: Os valores respectivos correspondentes a aplicação da alínea “b” que serão cumulativos, serão descontados do crédito decorrente do contrato objeto desta licitação, garantindo-se o direito a recurso na forma do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO:

Parágrafo primeiro: O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

a) infringência de qualquer obrigação ajustada;

b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;



c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;

d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

Parágrafo terceiro: Atendido o interesse público e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento compatível a CONTRATADA:

a) dos produtos corretamente entregues.

b) de outras parcelas, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo quarto: No caso do CONTRATANTE precisar recorrer à via judicial para rescindir o presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

Parágrafo primeiro: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e contratadas, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todos os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal.

Parágrafo segundo: Os licitantes devem e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.

Parágrafo terceiro: Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pelo contrato em questão;

Parágrafo quarto: Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução do contrato, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo quinto: Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

Parágrafo único: Ao presente Contrato se aplicam as seguintes disposições gerais.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



a) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUCESSÃO E FORO:

Parágrafo único: As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 07 de janeiro de 2019.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Simone Fernandes
Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE


.....
Michael Willian Guimarães Neves
Cirurgica São Felipe Produtos para Saúde
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.



Câmara Municipal de Chopinzinho
CNPJ 07.774.511/0001-95
e-mail: cmchopinzinho@chopinzinho.pr.gov.br
Rua Diogo Antônio Feijó, 407 - CEP 85580-000, Chopinzinho-PR
Fone/Fax (41) 3243-1888/1407

LEI nº 3.788/2019

Concede revisão geral anual (database) ao vencimento dos servidores públicos do Poder Legislativo e de outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a alterar os Anexos I e II da Lei Municipal nº 3.706 de 3 de maio de 2018, concedendo a revisão geral anual (database) o vencimento dos servidores no orden de 3,75% (três vírgulas e setenta e cinco por cento), de acordo com o Índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, nos termos do Índice X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão pelas dotações constantes do orçamento geral da Câmara para o exercício corrente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete de Presidência, em 23 de janeiro de 2019.

Rogério Pereira dos Santos
Presidente

Registre-se e publique-se.

Luz Sérgio Ferreira
1º Secretário

LEI nº 3.789/2019

Concede revisão geral anual (database) aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais da Prefeitura Municipal de Chopinzinho.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica concedido a revisão geral anual (database) aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, fixados pela Lei nº 3.610 de 17 de fevereiro de 2017, no orden de 3,75% (três vírgulas e setenta e cinco por cento), de acordo com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, nos termos do Índice X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, de conformidade com a revisão do artigo anterior, serão de R\$ 17.832,09 (dezoito mil oitocentos e trinta e dois reais e nove centavos); Vice-Prefeito R\$ 7.385,74 (sete mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos); Secretários Municipais R\$ 8.949,23 (oito mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2019.

Gabinete de Presidência, em 23 de janeiro de 2019.

Rogério Pereira dos Santos
Presidente

Registre-se e publique-se.

Luz Sérgio Ferreira
1º Secretário

LEI nº 3.790/2019

Concede revisão geral anual (database) aos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Chopinzinho.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica concedido a revisão geral anual (database) aos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Chopinzinho, fixados pela Lei nº 3.526 de 13 de maio de 2016, no orden de 3,75% (três vírgulas e setenta e cinco por cento), de acordo com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, nos termos do Índice X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Os subsídios mensais dos Vereadores e do Presidente da Câmara, de conformidade com a revisão do artigo anterior, serão de R\$ 3.738,37 (três mil setecentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2019.

Gabinete de Presidência, em 23 de janeiro de 2019.

Rogério Pereira dos Santos
Presidente

Registre-se e publique-se.

Luz Sérgio Ferreira
1º Secretário

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

Orde nº 01 - Valor Máximo da Licitação: R\$ 8.284,00

Letra: Valor Máximo da Licitação: R\$ 8.284,00

Conforme Edital

Modalidade: Pregão, Edital nº 18/2019. Forma: Presencial. Data da Licitação: Dia 12 de fevereiro de 2019, às 15:00 (quinze) horas. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: CAIXA DE PAPEL ROUPE E PAPEL SEDA E GÊNERO ALIMENTÍCIO: PIZZAS, PARA COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. Valor Máximo da Licitação: R\$ 8.284,00. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Posto da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitação e Contratação, Rua Miguel Proença Kupski, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone (41) 3242-0414.



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

DECRETO Nº 014/2019

Exonerar, a pedido, em virtude de aposentadoria, a pessoa de ISABEL FERRON CARNEIRO do cargo de Artista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, considerando o protocolo nº 40303,

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescida a pedido, em virtude de aposentadoria, a partir de 31 de janeiro de 2019, a pessoa de ISABEL FERRON CARNEIRO, portadora do RG nº 2.134.310-2/SP-PR, CPF 374.606.388-41, do cargo de Artista.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 24 DE

JANEIRO DE 2019.

ADRIENNE JOSE GHELLER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Pelo presente, notifica-se INO DE COMP SÃO LUIZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.193.168/0006-37, quanto ao terreno localizado no Logradouro Padre Mário G. Bezerra, Quadra nº 0092, Lote nº 0003, inscrito no cadastro municipal sob nº 1225, respectivamente, por estar em desacordo com a Lei Municipal nº 2.106/07, sem prejuízo as demais penalidades cabíveis, onde prevê:

Artigo 44. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de conservação os seus quintais, jardins, terrenos e edificações.

§ 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, penhascos, vãos, áreas estagnadas e quaisquer espécies que possam funcionar como criadouros de vetores ou servir como depósito de lixo dentro dos limites do Município.

§ 2º. [...] o não cumprimento das normas estabelecidas nesta artigo, a administração pública adotará uma das seguintes providências: I - aplicação de multa prevista nesta Lei; II - realização do trabalho necessário à limpeza dos terrenos, mediante cobrança dos custos de tais serviços do respectivo proprietário.

O prazo para a limpeza e conservação do terreno é de 10 (dez) dias a partir da data de publicação.

Clevelândia, 24 de janeiro de 2019.

Secretaria de Meio Ambiente



MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA - PR

Aditivo nº 08 - Contrato nº 86/2017 - Pregão Presencial nº 48/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA - Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS REAIS, CNPJ nº 01.198.164/0001-60. Considerando a solicitação do contratante a ser comum acordo entre as partes, ficam incluídos no contrato nº 86/2017 os valores: (quatro) Cento e cinquenta e sete reais e dez centavos, para a cobertura dos veículos, e o contrato pagará a contraprestação de valor total de R\$ 1.717,23. Permanecendo inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 15 de janeiro de 2019. Frank Anel Schiavini, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA - PR

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referência ao Edital Pregão Presencial nº 144/2018. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente. Prazo: 12 meses, de 15.01.2019 a 14.01.2020. Contratante: Município de Coronel Vívda, DETENTORES:

Coronel Vívda, 14 de janeiro de 2019. Frank Anel Schiavini, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA - PR

Contrato nº 10/2019 - Tomada de Preços nº 12/2018 - Contratante: Município de Coronel Vívda. Contratado: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA SABER LTDA. - EPP. CNPJ nº 05.128.703/0001-13. Objeto: contratação de empresa/universidade/faculdade pública ou privada de ensino superior, para executar todas as etapas que compõem o procedimento administrativo de concurso público para o município de Coronel Vívda. Valor total R\$ 14.250,00. Prazo da prestação de serviços: 60 dias, da ordem. Prazo de vigência: 06 meses. Coronel Vívda, 21 de janeiro de 2019. Frank Anel Schiavini, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA - PR

RESUMO DE CONTRATOS

Referência ao Edital Pregão Eletrônico nº 136/2018. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para a IPA 24 horas, de acordo com a resolução 07/2017, que institui o sistema financeiro de investimento para aquisição de equipamentos de urgência e emergência para a rede pública urgente, visando a modernização da saúde para melhor atendimento dos usuários do SUS. Prazo de entrega: 16 dias. Prazo de vigência: 365 dias. Contratante: Município de Coronel Vívda juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADAS:

CONTRATO Nº	CONTRATADA	CNPJ Nº	VALOR TOTAL
01/2019	AFM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	13.240.908/0001-25	95.804,98
02/2019	BIOMEDICAL SAG FILIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	07.028.778/0001-00	49.220,50
03/2019	ELIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS - EIRELI - EPP	17.017.808/0001-31	7.829,30
04/2019	HOSPITALARLY EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME	20.860.811/0001-00	43.820,00
05/2019	LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA	04.187.384/0001-54	80.000,00
06/2019	MITI TECNOLOGIA LTDA - EPP	01.406.834/0001-40	47.299,00

Coronel Vívda, 07 de janeiro de 2019. Frank Anel Schiavini, Prefeito.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

1º TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 157/2018

(Vinculado ao Pregão Presencial nº 083/2018)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Ecco's Sonorização Ltda.

ACRESCIMOS: Ficam acrescidos 25% no LOTE 01 item 03, gerador de energia sendo que o mesmo foi utilizado integralmente durante o Show e não somente ficou para reserva.

VALOR: R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) de acréscimo.

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO AO CONTRATO: 23 de janeiro de 2019.

FORO: Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

Renascença, 23 de janeiro de 2019.

LESSIR CANAN BORTOLI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPEIARA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

Realiza a publicação dos Anexos constantes no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º (Sexto Bimestre) do ano de 2018. A publicação na íntegra do RREO encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diocema.ms.com.br> - conforme autoriza a Lei Municipal nº 1756/2017.

MUNICÍPIO DE ITAPEIARA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

Realiza a publicação dos Anexos constantes no Relatório de Gestão Fiscal do 2º (Segundo Semestre) do ano de 2018. A publicação na íntegra do RGF encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diocema.ms.com.br> - conforme autoriza a Lei Municipal nº 1756/2017.

MUNICÍPIO DE ITAPEIARA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

Realiza a publicação do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo de Execução das Despesas por Função/Subfunção das Dotações destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A íntegra dessa publicação encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diocema.ms.com.br> - conforme autoriza a Lei Municipal nº 1756/2017.

MUNICÍPIO DE ITAPEIARA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 005/2019

DATA: 24.01.2019

SÚMULA: Nomeia Comissão de Licitação e da outras providências. A íntegra deste Decreto se encontra no Site: www.diocema.ms.com.br

MUNICÍPIO DE ITAPEIARA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 006/2019

DATA: 24.01.2019

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Supletivo e da outras providências. A íntegra deste Decreto se encontra no Site: www.diocema.ms.com.br

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

ESTAÇÃO DE SERVIÇOS DONA ZÉ LTDA, inscrita no CNPJ 14.942.554/0001-12, torna público que recebeu do IAP a Licença de Operação nº 33102, para Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, implantada na Rod. PR-280, Km 64, Bairro Tia Joana, Município de Palmas - PR, válida até 17/04/2019.

MUNICÍPIO DE MARIPÓIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019. PROCESSO Nº 5862/2018. Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. Data de realização: 11 de FEVEREIRO de 2019. Abertura das Propostas: 09h00 horas. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Maripóis - Rua Seix, nº 1030 - Centro - CEP: 85.525-000 - Maripóis, Estado do Paraná. O Município de Maripóis/PR, nesta ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Neuri Roque Rosseti Gellen, por meio do Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal Francisco Valdemir Bueno, que o presente instrumento subscrivem, torna público que se encontra aberto, conforme licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - Processo nº 5862/2018, objetivando a aquisição de equipamentos diversos, que serão utilizados pelo Departamento Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas no Anexo I, que faz parte do edital, será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 006/2008, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009 e Decreto Municipal nº 36/2010, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. LICITAÇÃO ESTA EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). Os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o encerramento dos interessados que se apresentaram para participar do certame. A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Maripóis - Rua Seix, nº 1030 - Centro - CEP: 85.525-000 - Maripóis, Estado do Paraná, iniciando-se no dia 11/02/2019 às 09h00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO ADICIONAL: O Edital de Pregão Presencial nº 1/2019 completo encontra-se à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitações do Paço Municipal - Rua Seix, nº 1030 - Centro - CEP: 85.525-000 - Maripóis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00h. E-mail: francisco.bueno@maripois.pr.gov.br ou pelo site www.maripois.pr.gov.br na aba licitações. Maripóis/PR, 24 de janeiro de 2019. Neuri Roque Rosseti Gellen - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MARIPÓIS

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2019. PARTES: MUNICÍPIO DE MARIPÓIS e Gráfica Pirella Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.185/0001-11, inserção estadual nº 4120213911, com sede na Avenida Deodoro da Fonseca, nº 366, bairro Santa Rita, CEP 85.815-000 na cidade de Maripóis, estado do Paraná, de ora em diante denominada como CONTRATADA. DO OBJETO: a aquisição de 15.000 notas de produtor rural, contendo 04 (quatro) folhas, formato 26x24 cm, em formulário contínuo, papel auto copiativo 52g, as quais serão distribuídas pelo Departamento de Agricultura e Meio Ambiente. DO PRAZO: O prazo de entrega do presente objeto é de até 15 (quinze) dias. VALOR: O valor unitário de cada nota será de R\$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos), totalizando assim o valor de R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais). PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega das notas, mediante Certificação de recebimento e conformidade, emitida pelo Departamento responsável, e a apresentação da respectiva Nota Fiscal. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos decorrentes da execução do objeto de contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária do Departamento requerido: 10.000 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente - 10.01 - Divisão de Agricultura - 20.808.0020.2.031 - Assistência ao Produtor Rural - 33.80.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte (000). Despesa 713. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Art. 24. É dispensada a licitação: II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na Lei nº 8.666/93, do Índice I do artigo anterior e para alterações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se reflitam a paridade de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior valor que possa ser realizada de uma só vez; JUSTIFICATIVA: a) o valor da contratação não justifica a realização de um que o mesmo foi utilizado integralmente durante o Show e não somente ficou para reserva; b) a distribuição das notas visa proporcionar aos produtores rurais maior facilidade no acesso ao documento fiscal que subscreva a venda de seus produtos, o que, no final, beneficiará o Município no recebimento de sua parcela do ICMS; c) a Nota Técnica nº 1/2018 - GO/CFCE-PR orienta que os valores fixados pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, que altera os limites para contratação mediante dispensa de licitação, se aplicam também à Administração Pública Municipal; d) o preço proposto se justifica, pois a aquisição que se mostra o mais vantajoso para a administração segundo os orçamentos realizados, jún a empresa do ramo, o que também condiz com o caso, a escolha de fornecedores. Maripóis, 23 de janeiro de 2019. Membros da Comissão Permanente de Licitação: Juliana de Luz Rosário - Presidente, Sandra Mara Ribeiro Schiavini - Membro, Francisco Valdemir Bueno - Membro, Neuri Roque Rosseti Gellen - Prefeito Municipal.



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida

Assinado de forma digital por HUNER COMERCIO E SERVICOS LTDA
ME:13934031000161
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PR, l=Pato Branco, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CNPJ A3, ou=Autenticado por AR IESCAP PR, cn=HUNER COMERCIO E SERVICOS LTDA
ME:13934031000161
Dados: 2019.01.24 17:53:00 -02'00'



Sexta-Feira, 25 de Janeiro de 2019

Ano II – Edição Nº 0130

Página 1 / 001

SUMÁRIO

Executivo	01
Contratos	01
Outros Atos	01

EXECUTIVO

CONTRATOS

Contrato nº 10/2019 – Tomada de Preços nº 12/2018

Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratado: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA SABER LTDA.-EPP, CNPJ nº 05.128.703/0001-13. Objeto: contratação de empresa/universidade/faculdade pública ou privada de ensino superior, para executar todas as etapas que compõem o procedimento administrativo de concurso público para o município de Coronel Vivida. Valor total R\$ 14.250,00. Prazo da prestação de serviços: 60 dias, da ordem. Prazo de vigência: 06 meses. Coronel Vivida, 21 de janeiro de 2019. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod289215

Aditivo nº 05 – Contrato nº 69/2017 – Pregão Presencial nº 46/2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA-Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61.198.164/0001-60. Considerando a solicitação do contratante e de comum acordo entre as partes, ficam inclusos no contrato nº 69/2017 os veículos: 4(quatro) Caminhão Caçamba Basculante. Pela inclusão das coberturas dos veículos, o contratante pagará a contratada o valor total de R\$ 1.717,28. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 15 de janeiro de 2019. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod289241

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 144/2018. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente. Prazo: 12 meses, de 15.01.2019 a 14.01.2020. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO Nº	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
05/2019	ANDERPEL PAPELARIA LTDA-EPP	85.514.214/0001-39	29.179,20
06/2019	BELINKI & SOUZA LTDA-ME	08.831.603/0001-47	38.283,60
07/2019	FLC SUPRIMENTOS LTDA-ME	22.371.010/0001-78	104.541,82
08/2019	LIVRARIA E PAPELARIA COLFERAI LTDA	77.027.688/0001-28	32.244,05
09/2019	ROSTECA-COMERCIO DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA-ME	05.621.193/0001-11	15.945,90

Coronel Vivida, 14 de janeiro de 2019. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod289217

RESUMO DE CONTRATOS

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 136/2018. Objeto: contratação de empresas para fornecimento de equipamentos para a UPA 24 horas, de acordo com a resolução 497/2017, que institui o incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos de urgência e emergência para a rede parana urgência, objetivando a modernização da saúde para melhor atendimento dos usuários do SUS. Prazo de entrega: 15 dias. Prazo de vigência: 365 dias. Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADAS:

CONTRATO Nº	CONTRATADA	CNPJ nº	VALOR TOTAL
01/2019	AFH EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	13.240.908/0001-25	95.804,98
02/2019	CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	07.828.778/0001-60	48.220,50
03/2019	ELISMED COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS-EIRELI-EPP	07.127.608/0001-31	7.929,00
04/2019	HOSPITALY EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA-ME	20.980.381/0001-00	43.920,00
05/2019	LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA	04.187.364/0001-54	89.000,00
06/2019	MTB TECNOLOGIA LTDA-EPP	01.405.834/0001-40	47.298,00

Coronel Vivida, 07 de janeiro de 2019. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod289248

OUTROS ATOS

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE 2018 MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR.

Avaliação do Cumprimento das Metas Públicas relativas ao 3º quadrimestre de 2018, das Metas da Gestão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 5º e 6º Bimestre 2018.

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, através do Prefeito Municipal, Sr. Frank Ariel Schiavini, juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Vivida, através de sua Presidente, o Sra. Lisete Maria Traesel Engelmann, convidam o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a população em geral para a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Públicas e da Gestão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 5º e 6º Bimestre 2018, avaliação das Metas Públicas referente ao 3º Quadrimestre de 2018. A ser realizada a partir das 17:10 horas do dia 31 de janeiro de 2019, no Auditório do antigo Fórum Prédio anexo a Prefeitura, sito a Praça Angelo Mezzomo, s/n, Centro.

Coronel Vivida, 15 de janeiro de 2019.

FRANK ARIEL SCHIAVINI
Prefeito Municipal

LISETE MARIA TRAESEL ENGELMANN
Presidente da Câmara

Cod289242

CONVITE

Audiência Pública do Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida – PR

Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida – PR. A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, através do Prefeito Municipal, Sr. Frank Ariel Schiavini, juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Vivida, através de sua Presidente, o Sra. Lisete Maria Traesel Engelmann, em atendimento ao Art. 27 da Instrução Normativa nº. 45/2010, do Tribunal de Contas do Estado, convidam o Conselho Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida bem como a população em geral para participar da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde relativo ao 3º quadrimestre de 2018, a ser realizada a partir das 13:30 horas do dia 31 de janeiro de 2018, na Câmara de Vereadores, sito a Praça Angelo Mezzomo, s/n, Centro.

Coronel Vivida, 15 de janeiro de 2019.

FRANK ARIEL SCHIAVINI
Prefeito Municipal

LISETE MARIA TRAESEL ENGELMANN
Presidente da Câmara

Cod289243